

Prefigurações ecológicas: agroecologia, heterotopias e experimentação política no
Acampamento Marielle Vive (leste paulista)¹

Lucas Rocha Salgado (Museu Nacional | UFRJ/Rio de Janeiro)

Palavras-chave: agroecologia; prefiguração ecológica; heterotopia.

Este texto é um esboço de um dos capítulos de minha tese de doutorado, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, na interface entre a antropologia do campesinato e a ecologia política. A tese investiga alternativas agroecológicas como possibilidades de vida nas brechas do capitalismo, em meio ao Plantationoceno, a partir de uma etnografia multissituada no interior paulista — de sítios familiares e coletivos a assentamentos e acampamentos do MST. Trata-se, em todos os casos, de compreender a agroecologia não como pacote técnico, mas como prática política e ecológica de camponeses e trabalhadores que reinventam, no presente, modos de habitar a terra. O Acampamento Marielle Vive, analisado a seguir, é uma dessas iniciativas.

Um acampamento na brecha

O Acampamento Marielle Vive localiza-se na Serra dos Cocais, em Valinhos, na Região Metropolitana de Campinas — uma das áreas de mais intensa pressão imobiliária do interior paulista. Foi ali que, em fevereiro de 2025, realizei trabalho de campo sobre práticas agroecológicas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acompanhando a pesquisadora Alice Figes, da Universidade de Cambridge. O acampamento — instalado em uma terra ocupada, em condição jurídica e material precária — oferece um observatório privilegiado para pensar como a luta pela terra e a agroecologia se entrelaçam nas margens do agronegócio.

O Marielle Vive foi fundado em 14 de abril de 2018, quando o MST ocupou uma área da Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, na Serra dos Cocais: uma propriedade irregular e improdutiva, destinada à construção de condomínio horizontal de luxo (MOREIRA, 2024). O nome homenageia a vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018, um mês antes da

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

ocupação. Valinhos, conhecida como a Capital do Figo Roxo, tornou-se refúgio para segmentos abastados que se deslocam da capital paulista; a Serra dos Cocais é vetor de expansão de condomínios de alto padrão, e essa especulação vem, há décadas, expropriando os pequenos agricultores familiares que ali viviam (BREDARIOL, 2015). O acampamento nascia, portanto, sob um duplo signo: a homenagem a uma mulher negra, favelada, socióloga e vereadora, assassinada por sua luta política; e a ocupação de uma terra cujo valor de mercado, inflacionado pela especulação, tornava — naquele momento — quase inviável a desapropriação pelos mecanismos convencionais da reforma agrária.

Essa condição de transitoriedade é o ponto de partida deste artigo. Durante o trabalho de campo, em fevereiro de 2025, os próprios acampados acreditavam viver em um território irremediavelmente provisório, ocupando uma terra que a qualquer momento poderia lhes ser retirada. É precisamente essa condição — a de habitar e cultivar sob a certeza da impermanência — que torna o Marielle Vive um caso etnográfico privilegiado. Pois a transitoriedade, ali, não suspende a vida social: converte-se em campo ativo de imaginação política e de experimentação de modos alternativos de habitar o rural. Proponho ler esse território a partir de dois conceitos articulados: o de *heterotopia* (FOUCAULT, 2013) e o de *prefiguração ecológica*, que desenvolvo em diálogo com a noção de prefiguração política de David Graeber (2009).

Júlia: o corpo e a terra

O acampamento é formado sobretudo por população urbana. Como explicou Cícera, professora aposentada que chegou ao Marielle Vive pela militância na Pastoral Operária, “o Marielle é gente urbana. Não é o rural. Os pais, os avós vieram da área rural. Mas esses que vieram já vêm do sofrimento das favelas, da rua” (CÍCERA, comunicação pessoal, 17 fev. 2025). A expropriação que, ao longo do século XX, desfez o campesinato paulista (FRANCO, 1969/1997) é a mesma que empurrou esses sujeitos para as periferias urbanas. Hoje, a luta pela terra assume também o caráter de uma “luta de volta ao campo”, protagonizada por esses expropriados e seus descendentes.

Nenhuma trajetória condensa melhor esse processo do que a de Júlia. Encontramo-la na escola do acampamento; locomove-se em uma cadeira de rodas motorizada e nos recebeu com uma frase que define a ética do lugar: “*A casa agora é*

de vocês. Vocês não são mais visitas. Bem-vindo à família Marielle.” Filha de imigrantes angolanos, Júlia cresceu num sítio arrendado em Arthur Nogueira, interior de Campinas, onde o pai praticava cultivo diversificado. “*O papai fazia agricultura familiar, que hoje chamamos de agroecologia*” — o que hoje é bandeira política era, para a família, simplesmente o modo de viver e trabalhar.

A vizinhança com uma grande fazenda de soja mudaria tudo. “*O fazendeiro do lado tinha uma vasta produção de soja, e ele passava o agrotóxico por via aérea.*” O produto era o glifosato, classificado pela Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer da OMS como provavelmente carcinogênico para humanos (IARC, 2015 apud IHU, 2025).

“E a gente era criança, e a gente corria atrás do avião, o avião passava baixinho, a gente corria atrás gritando, ‘Ei, avião! Leva eu!’, com a boca bem aberta e sendo infectado pelo agrotóxico.” (JÚLIA, comunicação pessoal, 18 fev. 2025)

O veneno do latifúndio não tem fronteiras: dispersa-se pelo ar, atravessa o sítio arrendado, deposita-se nos corpos. A irmã gêmea de Júlia morreu aos cinco anos, intoxicada; depois vieram as mortes dos pais e dos irmãos. O corpo de Júlia registra os danos: aos 16 anos, o primeiro câncer; ao todo, seis tumores malignos, incluindo três no céu da boca — consequência direta de ter corrido de boca aberta atrás do avião — e um na medula espinhal, que a deixou sem andar. Para conversar conosco, tomava 200mg de morfina por dia. Seu corpo é a materialização mais direta do que Malcom Ferdinand (2022) chama de *habitar colonial* da Terra: a forma de ocupação que, desde o século XVI, articula monocultura, expropriação e veneno, e que, como se vê aqui, envenena o entorno enquanto elimina o vizinho camponês.

Frente a esse dismantelamento, Júlia encontrou no MST não apenas abrigo, mas um novo corpo coletivo. “*Eu trazer minha família de volta, eu não consigo, mas eu consigo evitar que muitas famílias sejam destruídas, igual foi a minha.*” A luta pessoal transfigura-se em projeto político: o corpo torna-se testemunho, e a máxima que ela repete como princípio — “*Agrotóxicos são a morte. Agroecologia e orgânicos são a vida*” — não é um slogan, mas um diagnóstico construído com o corpo e com a razão política de quem estudou, militou e organizou.

A própria fundação do acampamento foi um ato fundador que Júlia protagonizou. No dia da ocupação, diante da polícia e do prefeito, uma coordenadora perguntou-lhe se tinha coragem de segurar a bandeira voltada para a porteira. “*Graças a Deus, coragem não me falta.*” No meio dos gritos de ordem, gritou: “*Marielle!*”; um companheiro respondeu: “*Ela vive.*” O nome estava criado. Nomear, aqui, é uma forma de produzir território: como mostra Katherine McKittrick (2013), os espaços que os subalternizados constroem nas margens da *plantation* são geografias de resistência, lugares onde a memória é cultivada como posse e a nomeação institui um mundo outro no seio do mundo dominante. Júlia guarda até hoje aquela bandeira, e ao estendê-la sobre a mesa durante nosso encontro, tornava-nos testemunhas de um ato fundador.

Uma heterotopia em trânsito

Michel Foucault (2013) chamou de *heterotopias* os espaços reais — distintos das utopias, que não têm lugar — capazes de justapor, em um único lugar, vários espaços e temporalidades que, sob a ordem hegemônica, deveriam ser impossíveis. O Acampamento Marielle Vive é, nesse sentido preciso, uma heterotopia. No terreno da antiga granja avícola desativada convivem o passado produtivista (cujos resíduos — as cascas de ovo — viram calcário para a horta medicinal), a agrofloresta em formação, a especulação imobiliária que cobiça o solo enriquecido, a escola popular, a farmácia viva, os barracos de lona e os orixás de Júlia ao lado dos cultos ecumênicos. É um espaço enraizado na ordem social que coexiste com a *plantation* e com o agronegócio, mas os interpela ao justapor a eles outras temporalidades, racionalidades produtivas e formas de sociabilidade.

Importa, porém, uma ressalva analítica. Que essa justaposição de espaços-tempo opere em direção contra-hegemônica não é decorrência automática do conceito de Foucault: heterotopias podem ser também dispositivos de dominação — prisões, colônias, manicômios estão entre os exemplos do próprio autor. Que o Marielle Vive seja uma heterotopia *de resistência* é uma tese etnográfica, fundada na análise das relações concretas entre o acampamento e as paisagens agroindustrial, imobiliária e urbana que o cercam — e não uma propriedade que o conceito, por si, garantisse.

A condição transitória do acampamento — o fato de ser uma heterotopia *em trânsito*, instalada sobre terra que pode ser retomada — não enfraquece essa resistência:

paradoxalmente, intensifica-a. A vida no Marielle Vive é uma aula prática de sobrevivência coletiva em condições de extrema precariedade. Da ausência inicial de água e luz, os acampados construíram, em poucos anos, sistemas de segurança, educação, saúde e produção agroecológica. Chamam a isso de *organicidade* — “*uma palavra que só se encontra dentro do movimento*”, nas palavras de Júlia: a capacidade de gerar organização a partir das necessidades concretas, e não de impor estruturas de cima para baixo. É o que Lygia Sigaud (2000; 2005) descreveu como *forma acampamento*: a escola específica de produção de demandas coletivas e de sujeitos políticos que o acampamento institui.

Prefiguração ecológica: ensaiar o futuro no presente

Se a heterotopia descreve a *forma* do espaço — a coexistência de tempos impossíveis no mesmo lote —, é preciso um segundo conceito para descrever a *aposta* que orienta essa coexistência. Esse conceito é o de prefiguração. David Graeber (2009) e, no debate mais recente, Guilherme Fians (2022/2023) chamam de *prefiguração política* a antecipação, no presente, das formas de organização social que se quer construir: práticas pelas quais, como escreve Fians (2022/2023, p. 5), os agentes “*antecipam as mudanças que buscam*” e podem “*transformar progressivamente as nossas formas de pensar, de nos comportar e de imaginar como a sociedade deveria ser*”. A prefiguração política, tal como formulada a partir de contextos do Norte Global, tende a ser associada a manifestantes em tempo integral. O que minha etnografia encontrou — entre sitiantes, coletivos, assentados e acampados — é diferente: a prefiguração como prática cotidiana de pessoas que trabalham a terra, organizam a segurança do seu núcleo, alfabetizam adultos, cuidam dos doentes e cultivam plantas medicinais — sem que se identifiquem necessariamente como “ativistas”. Elas simplesmente vivem como pensam que se deveria viver.

O que a agroecologia acrescenta à prefiguração política clássica é a dimensão não humana: a terra, as sementes, as árvores, os fungos, os microorganismos do solo fazem parte do projeto. Ao incluir o não humano no horizonte da transformação, essa prática rompe com a dicotomia moderna entre natureza e cultura que, como mostra Ferdinand (2022), está na raiz do próprio modo colonial de habitar a Terra: aqui, a ecologia é política, e a política é ecológica. É essa dimensão que me leva a propor o

conceito de **prefiguração ecológica**: a antecipação, no presente, de formas de habitar a Terra que se quer construir. Diferente da prefiguração política, centrada na organização social humana, a prefiguração ecológica diz respeito às relações multiespécie, aos manejos e às paisagens. Plantar, cuidar, compartilhar e planejar tornam-se gestos que materializam valores políticos e ecológicos.

A prefiguração ecológica tem uma temporalidade própria, que não coincide nem com a temporalidade política do acampamento (urgente, contingente, ameaçada) nem com a do mercado imobiliário (especulativa, abstrata, descolada do lugar). A agrofloresta opera no tempo das árvores: uma muda de ipê plantada hoje florescerá em cinco anos. Na reunião de renovação do Protocolo de Transição Agroecológica que acompanhamos, o agrônomo Fujita propôs um mutirão de mudas para reflorestar a Serra dos Cocais. Plantar seres que levam anos para amadurecer, numa terra da qual se pode ser despejado a qualquer momento, é apostar que haverá um amanhã para colher seus frutos — mesmo que não seja naquela terra, mesmo que quem colha sejam outros. As mudas que crescem no Marielle Vive não pertencem a um lugar; pertencem a uma prática, a um saber, a uma rede — e essa prática será transplantada junto com as pessoas, para onde quer que o movimento as leve.

Há, nessa aposta, uma forma específica de esperança. Ernst Bloch (2005), em *O Princípio Esperança*, distingue a esperança vazia — o mero desejo — da esperança concreta, que é prática transformadora. Essa distinção nasce, no próprio Bloch, da análise dos sonhos diurnos, os devaneios acordados que atravessam toda existência humana:

A vida de todos os seres humanos é perpassada por sonhos diurnos, que em parte são apenas uma fuga insossa e até enervante, e até presa para enganadores. Outra parte, porém, instiga, não permite se conformar com o precário que aí está, não permite a resignação (BLOCH, 2005, v. 1, p. 14).

No Marielle Vive, a esperança concreta se manifesta como trabalho cotidiano: plantar mudas, organizar a segurança, alfabetizar adultos, cuidar dos doentes. Não é um sentimento passivo, mas uma atitude orientada para o futuro, indissociável da ação presente — é exatamente aquela parte dos sonhos diurnos que, nas palavras de Bloch, não permite a resignação diante do precário que aí está. Júlia, com seu corpo

atravessado por seis cânceres e sustentado por morfina, é a encarnação dessa esperança teimosa: mesmo à beira da morte, continua lutando, falando, organizando. A prefiguração ecológica é, no fundo, esperança concreta inscrita na paisagem: o cultivo, no presente, de um mundo que ainda não existe, mas que já começa a brotar no chão disputado.

Coexistências e políticas inimagináveis

O Acampamento Marielle Vive é um microcosmo onde se condensam algumas das principais lutas do Brasil contemporâneo: pela terra, contra o racismo ambiental, contra o feminicídio, por justiça social, por alternativas ao desenvolvimento predatório. Nesse microcosmo, as lutas se conectam: não há justiça ambiental sem justiça social, sem luta anticolonial e antirracista; não há agroecologia sem reforma agrária; não há memória política sem prática transformadora no presente.

Ler esse acampamento como uma heterotopia em trânsito e como espaço de prefiguração ecológica permite escapar de uma armadilha analítica frequente: a de medir tais experiências pela régua da consolidação — pela pergunta sobre se vão ou não “dar certo”, se vão ou não virar assentamento definitivo. O que a etnografia mostra é que a vida política e ecológica não espera a consolidação para acontecer. Ela acontece agora, na precariedade, sob ameaça — e é precisamente sua fragilidade que evidencia, por contraste, a força da prática. Plantar árvores numa terra que pode ser retirada amanhã é a forma mais radical de afirmar que outro modo de habitar não é uma promessa para depois, mas um experimento de agora.

No interstício do agronegócio paulista e da especulação imobiliária que cerca a Serra dos Cocais, esse pedaço de terra ocupada é uma brecha por onde respira um mundo outro possível: uma daquelas *políticas inimagináveis* que coexistem com a *plantation*, resistem a ela e, no gesto cotidiano de plantar, cuidar e compartilhar, ensaiam o futuro que desejam. Posfácio necessário: enquanto eu escrevia este texto, em janeiro de 2026, o INCRA anunciou a intenção de comprar a Fazenda Eldorado para criar um assentamento agroecológico (DIÁRIO CAMPINEIRO, 2026), e a prefeitura de Valinhos reagiu com decreto de utilidade pública para tentar barrá-lo (PREFEITURA DE VALINHOS, 2026). O que parecia inviável tornou-se possibilidade concreta — ainda que disputada. A heterotopia em trânsito segue, assim, em movimento.

Referências

- BLOCH, Ernst. O princípio esperança. 3 v. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BREDARIOL, Márcio Adriano. Serra dos Cocais: especulação imobiliária, destruição do meio e expropriação dos agricultores familiares – tombamento da área como forma de resistência. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 319-340, 2015.
- DIÁRIO CAMPINEIRO. Governo anuncia compra de áreas para assentar famílias do acampamento Marielle Vive, em Valinhos. *Diário Campineiro*, Campinas, 3 fev. 2026. Disponível em: <https://diariocampineiro.com.br>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FIANS, Guilherme. Prefigurative politics. In: STEIN, Felix (ed.). *The open encyclopedia of anthropology*. Cambridge: University of Cambridge, 2022/2023. DOI: <http://doi.org/10.29164/22prefigpolitics>
- PREFEITURA DE VALINHOS. Valinhos declara de utilidade pública cerca de 3 km² de importantes áreas de conservação ambiental na região da Serra dos Cocais. Valinhos, 5 fev. 2026. Disponível em: <https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/58893/valinhos-declara-de-utilidade-publica-cerca-de-3-km-de-importantes-areas-de-conservacao-ambiental-na-regiao-da-serra-dos-cocais/>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. [Publicação original 1969].
- GRAEBER, David. *Direct action: an ethnography*. Edinburgh: AK Press, 2009.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). Agrotóxicos no Brasil: os impactos na saúde, biodiversidade e nos alimentos. São Leopoldo: IHU, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- McKITTRICK, Katherine. *Plantation Futures*. *Small Axe*, v. 17, n. 3, p. 1-15, nov. 2013.
- MOREIRA, Tassiana Barreto de Barros. O acampamento Marielle Vive: a luta pela terra e a construção da Reforma Agrária Popular na Região Metropolitana de Campinas/SP. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 25, p. 174-200, 2024.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 58, 2000.